

A AGROECOLOGIA E A AGRICULTURA FAMILIAR COMO RECURSO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: Cenário de incentivos e de protagonismo no município de Guarapuava - PR

Allison John de Sousa¹

Larine de Lara²

Sônia Maria Hey³

Argos Gumbowsky⁴

Resumo

A relevância dos processos da agricultura familiar e do cooperativismo como meio para o desenvolvimento regional é o propósito da investigação apresentada neste artigo. Está estruturado a partir da descrição e articulação entre agroecologia, agricultura familiar, cooperativismo e desenvolvimento regional, temas permeados pelos respectivos contextos e práticas. Na pesquisa documental, buscou subsídios e verificação do cumprimento e/ou proposição de políticas públicas acerca da temática, identificando-se cenário de incentivos e protagonismo da comunidade local. O cerne do estudo está sustentado em aportes teóricos para a proposição da agricultura familiar como possibilidade de operacionalizá-la à instrumento que possa posicionar devidamente a agroecologia e a agricultura familiar no cenário do desenvolvimento regional. A correlação reside no cumprimento e fortalecimento das políticas públicas e na ampliação dos sistemas de planejamento, de cooperação e de gestão, que transcenda a centralidade dos organismos governamentais. Às reflexões acerca do tema, nesse estudo propõe-se um possível caminho, justo, coerente, de valorização do potencial local, em especial o capital humano, e de (re)posicionamento democrático e de pertinência social da agroecologia e da agricultura familiar nas políticas públicas para o produtor rural e para o desenvolvimento regional. Os fundamentos dessa proposta têm base na expectativa de qualidade de vida, vista no sentido científico e social.

Palavras-chave: Agroecologia. Agricultura familiar. Cooperativismo. Políticas públicas. Desenvolvimento regional.

THE AGROECOLOGY AND A FAMILY AGRICULTURE

¹Discente - Curso de Engenharia Agrônômica, Centro Universitário Campo Real.

²Discente - Curso de Nutrição, Centro Universitário Campo Real.

³Discente – Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional – UnC.

⁴Doutor em Educação (UFSC). Coordenador do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional – UnC.

AS THE RESOURCE FOR REGIONAL DEVELOPMENT: Incentives Scenario and Protagonism of the Local Community

Abstract

The relevance of the processes of family agriculture and cooperativism as a means for regional development is the purpose of the research presented in this article. It is structured from the description and articulation between agroecology, family agriculture, cooperativism and regional development, themes permeated by the respective contexts and practices. In documentary research, he sought subsidies and verification of the compliance and/or proposal of public policies on the subject, identifying the incentive scenario and protagonism of the local community. The core of the study is based on theoretical contributions to the proposal of family agriculture as a possibility to operationalize it to the instrument that can properly position agroecology and family agriculture in the scenario of regional development. The correlation lies in the fulfillment and strengthening of public policies and in the expansion of planning, cooperation and management systems, which transcends the centrality of government agencies. In this study, a possible fair, coherent way of valuing local potential, especially human capital, and of (re) democratic positioning and social relevance of agroecology and family agriculture in policies rural producers and regional development. The basis of this proposal is based on the expectation of quality of life, seen in the scientific and social sense.

Keywords: Agroecology. Family farming. Cooperativism. Public policy. Regional development.

Introdução

Este trabalho se propõe ao estudo da relação entre os processos e os agentes da agricultura familiar e a articulação com o desenvolvimento regional, com ênfase para o estudo de dados no município de Guarapuava – Paraná. A relação estudada é pautada nas normas, sua condução, as possibilidades e a colaboração entre envolvidos, numa perspectiva sociológica. A análise tem natureza qualitativa e bibliográfica, aprofundada em documentos oficiais. Para desenvolver essa discussão, será tratado o conceito de desenvolvimento regional e sua necessária correlação com o protagonismo da agricultura familiar.

É importante relacionar o conhecimento formal curricular e o mundo onde cada pessoa se desenvolve. É necessário um novo modelo da cultura do desenvolvimento, pois a organização local pode ser promotora das condições, em que a agricultura familiar pode ser recurso para a indução do desenvolvimento regional para formas mais sustentáveis na área. Investigar a contribuição da agricultura familiar no desenvolvimento busca verificar o cumprimento e/ou proposição de políticas públicas acerca da temática, identificando-se cenário de incentivos e protagonismo da comunidade local.

Prevê possibilidades de operacionalização como instrumento efetivo de protagonismo da agricultura familiar perante os mecanismos do desenvolvimento regional, e para esta garantia, pressupõe a compreensão de que o desenvolvimento de uma região tem início a partir da organização local, com os meios disponíveis, realizando parcerias com instituições de pesquisa, formando cooperativas, criando novos canais conjuntos de comercialização, como descreve Dowbor (2010, p. 3). Faz-se importante relacionar o conhecimento formal curricular e o mundo onde cada pessoa se desenvolve.

Ao tratar conceitos de desenvolvimento, a análise foi aprofundada em documentos oficiais e obras de autores contemporâneos, como por exemplo, Prado Junior (1972), Furtado (1974), Marshall (1982), Boisier (1995), Souza (2005), Reis (2007), Dowbor (2006,2010), Oliveira (2015).

De acordo com Dowbor (2010), o desenvolvimento exige dos indivíduos entendimento do local onde se encontram e trabalham. Saber quais são suas origens, suas tradições culturais, suas capacidades econômicas, suas dificuldades ambientais, igualmente, o acerto e as diferenças de sua organização territorial, assim como as desigualdades sociais. Quando a população tem conhecimento e participa, o desenvolvimento se torna possível.

A agroecologia pode ser um meio para promover o desenvolvimento regional sustentável na agricultura. De acordo com Caporal e Costabeber (2004, p. 80), agroecologia pode ser definida como um campo de conhecimentos de natureza multidisciplinar, com o objetivo de favorecer a concepção de hábitos na agricultura de base ecológica juntamente com a elaboração de estratégias de desenvolvimento rural, baseado na sustentabilidade. Na ciência, a agroecologia contribui com

diversos princípios, conceitos e metodologias facilitando o estudo, a análise, o manejo e a avaliação de agroecossistemas, em diferentes dimensões. Na agricultura, possui abordagem, “no entanto, voltado ao meio ambiente e priorizando a questão social, busca a produção, mas também a sustentabilidade ecológica, ou seja, concentra-se nas relações ecológicas no campo”. (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p.111)

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR¹) tem como objetivo ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões, explorando a diversidade em cada contexto e seus recursos e oferecendo à sociedade um caminho para elaboração e condução de projetos regionais de desenvolvimento, envolvendo federados, forças sociais e os setores produtivos. Em consonância, de acordo com o Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE²) do município, “31% dos alimentos presentes na merenda escolar do município são provenientes da agricultura familiar, ultrapassando a meta de 30%”. (GUARAPUAVA, 2017). Com isso, há o aumento da participação dos agricultores familiares, com mais renda e a alimentação com melhor qualidade sensorial e microbiológica, garantindo maior segurança alimentar e nutricional. “Os recursos para a merenda escolar são do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) e da Prefeitura de Guarapuava, que juntos somaram em 2016, mais de R\$ 3,4 milhões em recursos”. (Ibid, 2017)

Há recursos, se a lógica for social. Conforme Terres (2018), se o Brasil praticasse apenas a produção familiar, ainda assim estaria no top 10 do agronegócio mundial. O Governo Federal divulgou em junho de 2018 o faturamento anual de U\$ 55 bi da agricultura familiar. No último Censo Agropecuário de 2017, “a agricultura familiar é a base da economia de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil

¹Ver mais em: BRASIL. **Política nacional de desenvolvimento regional**. Ministério da Integração Nacional. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/politica-nacional-de-desenvolvimento-regional-pndr>>. Acesso em: 07 set. 2018.

²Ver mais em: BRASIL. CAE. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Ministério da Educação**. s.d.. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/centrais-de.../170-conselho-de-alimentacao-escolar?...10892...cae> Acesso em: 07 set. 2018.

habitantes, sendo responsável pela renda de 40% da população do País”. (BRASIL, 2018).

A Declaração de Aptidão (DAP), registrada na secretaria de agricultura municipal, legaliza e chancela a condição para a ação do produtor rural ao comércio na Feira do Produtor, junto à merenda escolar de escolas municipais e na feira solidária. (GUARAPUAVA, 2018b). As associações, entidades, sindicatos e bancos rurais se reúnem para elaboração de estratégias e melhorias para a agricultura, com auxílio e incentivo da agricultura familiar municipal.

Dowbor (2010, p.3), observa que na agricultura familiar, a inserção produtiva ocorre naturalmente, quando fortalecido o fato de haver coincidência do domicílio e do espaço produtivo. Sob essas conclusões, a cultura de uma região pode ser incrementada, ou, remodelada, conforme conhecimento e protagonismo da comunidade. Dowbor (2006, p.3), esclarece que se trata da emergência de um novo modelo à cultura do desenvolvimento, quando a organização local, com os meios disponíveis, é promotora das condições. A agroecologia e a agricultura familiar, pelo viés deste estudo, podem ser um meio de promoção de desenvolvimento regional sustentável.

Desenvolvimento

A agricultura familiar, neste estudo com indicadores nos processos de desenvolvimento regional, prevê a compreensão de conceitos, contextos e práticas.

Ao tratar desenvolvimento, Reis (2007, p. 201) afirma que é preciso conhecer a realidade brasileira e conhecer a dialética de continuidade e mudança em sua especificidade. Atesta que é necessário distinguir as realidades históricas, seus desenvolvimentos particulares, e não os misturar em uma falsa teoria, que fale de todas e de nenhuma. O autor sugere uma avaliação do passado e as expectativas em relação ao futuro do país, além da concepção e reconstrução da temporalidade histórica singular brasileira, auxiliado por Prado Junior (apud. REIS, 2007, p. 201):

A utopia que sustenta a análise de Brasil feita por Caio Prado é a solidariedade socialista, a do desenvolvimento de todos os povos em sua singularidade, com a sua soberania, desenvolvendo-se e ajudando-se mutuamente sem se explorarem reciprocamente. Desenvolvimento, modernização e progresso com emancipação e autonomia nacional – eis a utopia. Que só poderá ser realizada com o conhecimento histórico de cada realidade particular, que exige um uso particular da teoria marxista, uma adequação dos seus conceitos às histórias singulares. [...] O desenvolvimento autônomo não pode ser implantado radicalmente em um passado-presente colonial. (REIS, 2007, p. 201)

E, Dowbor (2006, p. 3) complementa, afirmando que o desenvolvimento não é algo que se deva esperar, e sim, algo que se faz, inclusive, na articulação de possibilidades para aportes externos. A comunidade local deixa de ser um receptor passivo de decisões, seja do Estado que vai ‘doar’ um centro de saúde, ou de uma empresa que chegará e poderá ‘dar’ empregos.

Segundo Dowbor (2006), o desenvolvimento requer dos indivíduos conhecimento do local onde vivem e trabalham. Conhecendo sua origem, suas tradições culturais, suas possibilidades econômicas, seus impasses ambientais, ou ainda, o acerto e a irracionalidade de sua organização territorial, bem como os seus desequilíbrios sociais. Pois quando conhecedores possuem condições que tornam possível o desenvolvimento.

Relatórios acerca do Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM³), confirmam a centralidade do conceito de desenvolvimento nas pessoas, contrapondo o Produto Interno Bruto (PIB). Ao sintetizar uma realidade complexa, viabiliza comparações entre os municípios brasileiros ao longo do tempo.

O crescimento econômico de uma sociedade não se traduz automaticamente em qualidade de vida e, muitas vezes, o que se observa é o reforço das desigualdades. É preciso que este crescimento seja transformado em conquistas concretas para as pessoas: crianças mais saudáveis, educação universal e de qualidade, ampliação da participação política dos cidadãos, preservação ambiental, equilíbrio da renda e das oportunidades entre toda a população, maior liberdade de expressão, entre outras. Assim, ao colocar as pessoas no centro da análise do bem-estar, a abordagem de desenvolvimento humano redefine a maneira com que

³Ver mais em IDHM – PNUD. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html> Acesso em: 12 de setembro de 2018.

pensamos sobre e lidamos com o desenvolvimento – nacional e localmente. Se as capacidades das pessoas são restringidas, assim são também suas oportunidades. (BRASIL, 2013a).

Os rankings do IDHM estimulam para políticas públicas na esfera municipal, que priorizem a melhoria da vida das pessoas em suas ações e decisões.

Segundo Oliveira (2015, *passim*), a aprendizagem sobre as realidades regionais mostra a importância do conhecimento dos diversos princípios culturais, não apenas sobre política e economia, indispensáveis para compreender o desenvolvimento. Para o autor a palavra regional pode revelar diversas realidades, com isso conferindo sentidos diferentes.

Furtado (1974, p.75) alerta que a ideia de desenvolvimento econômico é um mito e que graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade. Ainda, alerta que conceitos restritos de desenvolvimento econômico desviam as atenções sobre as possibilidades que abrem ao homem os avanços da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento.

Em Marshall (1982, *passim*), encontramos a importante observação sobre as diferenças regionais e a defesa da existência de fatores não econômicos que contribuíram no desenvolvimento, como aperfeiçoamento e investimentos em capital humano.

Conforme Souza (2005, p. 5), “não existe uma definição universalmente aceita de desenvolvimento.” A autora aponta a existência de duas correntes de pensamento econômico sobre o tema. Discute os paralelos entre crescimento e desenvolvimento e observa que a primeira corrente encara o crescimento como sinônimo de desenvolvimento, enquanto na segunda crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente.

Em uma concepção contemporânea, Boisier (1995) leva ao reconhecimento de que desenvolvimento regional trata de um processo em curso com três cenários interdependentes e de recente configuração: há um cenário contextual, um cenário estratégico e um novo cenário político. O autor observa que a velocidade do mundo contemporâneo afeta não só a esfera material, como também a das ideias e dos conceitos. Em termos gerais, afeta o conhecimento e os paradigmas que o

perpassam. Neste sentido, desenvolvimento regional está sofrendo uma reformulação:

Grande parte do conhecimento que se tem sobre a fenomenologia do desenvolvimento regional, tem deixado de ter relevância, entre outras razões, pela transformação de contextos econômicos fechados em abertos e pelos efeitos da revolução científica e tecnológica sobre a fricção da distância. (BOISIER, 1995 p. 1)

Criar o tão desejado “círculo virtuoso do desenvolvimento” passa pela compreensão de contextos e pelas questões estratégicas de desenvolvimento do país, obviamente passando pelas bases econômicas, estudo que foi aprofundado por Prado Junior (1972). Nesta perspectiva, a questão do mercado ocupa o centro da problemática do desenvolvimento, e o autor afirma que:

[...] o fator e o impulso imediato realmente decisivos em todos os momentos e fases do progresso econômico verificado no Brasil, foram conjunturas comerciais favoráveis a nossos produtos, a ocorrência do mercado para os gêneros de nossa produção. Tudo o mais seguiu-se sem obstáculo. (PRADO JUNIOR, 1972)

Acerca de agroecologia, Caporal e Costabeber (2004, p. 105), definem como um campo de conhecimentos de natureza multidisciplinar, com o objetivo de favorecer a concepção de hábitos na agricultura de base ecológica juntamente com a criação e elaboração de estratégias de desenvolvimento rural, baseado na sustentabilidade. Na ciência, agroecologia contribui com princípios, conceitos e metodologias facilitando o manejo e a avaliação de agroecossistemas.

Dados verificados na Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB⁴), no Departamento de Economia Rural do Núcleo Regional (DRN⁵) de Guarapuava, demonstram que área de produção do município está crescendo no decorrer dos anos, revelando o potencial da agricultura familiar da região. No entanto, mesmo com aumento de produção e área de produção, não significa necessariamente desenvolvimento. Os horticultores podem encontrar dificuldade

⁴Ver mais em: SEAB / DERAL NR. Guarapuava, 2018. Disponível em: <http://celepar07web.pr.gov.br/agrotoxicos/> Acesso em: 7 de setembro de 2018.

⁵ Ver mais em: DERAL NR. Guarapuava, 2018 Disponível em: <http://www.agricultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=42> Acesso em: 7 de setembro de 2018.

desde a produção até a comercialização, não provendo fonte de renda adequada, e com isso, podem tender a mudar de cultura ou ainda, ao êxodo rural.

São necessários meios que garantam a permanência no meio rural como componente importante e incluído na economia local e regional, com valorização dos produtos e da produção agroecológica e orgânica.

Segundo Ferreira et al. (2014, p. 4), o Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos (PPCPO) Núcleo Guarapuava, apresenta procura e interesse dos agricultores em relação à certificação. Aponta ainda, que as propriedades visitadas e auditadas dispõem de características necessárias para obtenção do certificado de conformidade orgânica.

A comercialização dos produtos orgânicos pode ser feita diretamente ao consumidor, em feiras agroecológicas, evitando, dessa maneira, os intermediários e aumentando o lucro para os produtores, ou ainda em supermercados. Os produtos orgânicos tendem a sofrer menos variações de preços durante o ano comparados aos produtos convencionais, logo o produtor tem uma maior segurança. (PENTEADO, 2001, p. 39)

Os produtores rurais parecem ver na produção orgânica uma possibilidade de mercado para agregar valor aos produtos. Entretanto, para que ocorra o desenvolvimento social, ambiental, cultural e não apenas o econômico, é aconselhável uma perspectiva agroecológica, visto que toda agricultura agroecológica deve ser orgânica, mas nem toda agricultura orgânica é agroecológica.

De acordo com Foladori (2001, p.110), no capitalismo os recursos naturais têm relevância e valor somente se forem passíveis de troca por dinheiro. E na capitalização, a produção agrícola favorece os grandes proprietários de terra e os pequenos produtores desfavorecidos na concorrência de mercado comercial, acabam desmotivados pela agricultura, acarretando no êxodo rural, causando crescente aumento na população urbana. Com isso, aumenta a massa trabalhadora nas cidades beneficiando a classe burguesa, pois haverá maior número de proletários precisando vender sua força de trabalho.

Segundo Lamarche (1993, passim), a agricultura familiar foi marcada pelas origens coloniais da economia e da sociedade centradas em três pilares: a grande

propriedade, a monocultura de exportação e o trabalho escravo. Apesar da importância da agricultura familiar brasileira, historicamente, este setor foi excluído das políticas públicas, onde os recursos estatais eram direcionados para as grandes propriedades monocultoras de produtos destinados, sobretudo, à exportação. Como consequência, possibilitaram a modernização na monocultura.

O reconhecimento da agricultura familiar, que se compõe da família, trabalho e produção, passou a perceber a necessidade de ações do Estado, em especial, a formulação de programas de políticas públicas. Sendo criado o Provap (Programa de Valorização da Pequena Produção Rural), em 1994 e o Pronaf (Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura) em 1996. (BERGAMASCO; BORSATTO; ESQUERDO, 2014)

A Lei nº 11.326/2006 descreve o agricultor familiar como aquele que pratica atividades no meio rural, e que:

Não detenha área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais, utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento e dirija seu estabelecimento ou empreendimento com a família. (BRASIL, 2006)

Estudos de Kageyama, Bergamasso e Oliveira (2013, *passim*) comprovam a importância da agricultura familiar na ocupação da força de trabalho no meio rural brasileiro. Os autores verificaram que os estabelecimentos familiares são predominantes (90%) e abrigam 80% das pessoas ocupadas na agricultura, mas geram somente 50% do valor produzido. No Censo Agropecuário de 2006 “foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar. Eles representavam 84,4% do total, mas ocupavam apenas 24,3% (ou 80,25 milhões de hectares) da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros”. (BRASIL, 2013b).

Acerca de política de incentivo à produção pela agricultura familiar, Santos, Costa e Bandeira (2016) esclarecem:

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um programa complementar a educação que objetiva fornecer a alimentação escolar para os alunos de toda a rede de ensino matriculados em escolas públicas e filantrópicas da educação básica, do ensino médio, educação de jovens e adultos e educação integral. Os princípios do programa são a universalidade e a ampliação do atendimento estudantil, a fim de atender a Lei Orgânica de

Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) e o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional. (SANTOS; COSTA; BANDEIRA, 2016. p. 311)

De acordo com a Cartilha do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), tem como finalidade promover o acesso a alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para isso, ele compra alimentos produzidos por agricultores, destinado a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Diante das resistências de toda ordem que sempre se antepõem às iniciativas de resolver o problema do financiamento no Brasil, toda tentativa de solução parece não passar de utopia. “Nosso país não é pobre. É injusto”, concluiu Saviani (2008). Na década de 70 já chegou a ser a 8ª economia do mundo, e poderia, pois, integrar o G-8⁶, grupo dos 8 países mais ricos do mundo.

No contexto do agronegócio, conforme Terres (2018), se o Brasil tivesse só a produção familiar, ainda assim estaria no top 10 do agronegócio mundial. O Governo Federal divulgou em junho de 2018 o faturamento anual de U\$ 55 bi da agricultura familiar. Em âmbito local, o município de Guarapuava fortalece a produção por meio de parcerias:

Além disso, os produtores podem vender os produtos em feiras municipais. A parceria entre a Prefeitura Municipal, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e Paróquia São João Bosco auxilia no comércio dos produtos entre produtor e consumidor, de legumes, verduras, vinhos, queijos, salames, pães e artesanato. (BRASIL, 2017)

Por meio da Declaração de Aptidão (DAP⁷), registrada na secretaria de agricultura municipal, o produtor rural pode comercializar na Feira do Produtor, merenda escolar de escolas municipais e na feira solidária. (BRASIL, 2018). Verifica-se que as associações, entidades, sindicatos e bancos rurais se reúnem para elaboração de estratégias e melhorias para o cultivo da agricultura, com auxílio e incentivo da agricultura familiar municipal e, conforme o último Censo Agropecuário

⁶ O G-8 (Grupo dos 8) é um grupo internacional formado pelos sete países mais desenvolvidos e industrializados do mundo, com a participação adicional da Rússia (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália, Canadá, Rússia - foi excluída em 2014, devido à crise com a Ucrânia). A União Europeia também é representada nos encontros anuais do grupo. O embrião do G8 foi criado em 1975, pelo presidente da França Valéry G. d'Estaing.

⁷ Ver mais em Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/saf/dap> Acesso em: 15 de outubro de 2018.

de 2017, “a agricultura familiar é a base da economia de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes. Além disso, é responsável pela renda de 40% da população economicamente ativa do País”. (BRASIL, 2018).

Além de favorecer a adoção de práticas mais sustentáveis e de diversificação do cultivo, com uso consciente do solo, assim como a preservação do patrimônio genético das culturas, o consumo de alimentos da agricultura familiar favorece a produção familiar, a partir do fato de que os mercados locais se tornam opções viáveis para o produtor rural, como Terres (2017) descreve.

O principal programa apoiador da agricultura familiar é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, disponibilizando linhas de crédito para o custeio da safra, a atividade agroindustrial, seja para investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura, como descrito em site oficial da prefeitura do município:

Com o aumento de renda e a qualidade de vida da população, a Prefeitura de Guarapuava investiu R\$ 13 milhões em equipamentos, máquinas, insumos e habitações para as famílias de pequenos produtores rurais, com o Programa Vida Rural, incentivando a legalidade da produção. Ele tem parceria com secretarias municipais, entidades, sindicatos, cooperativas, Conselho de Desenvolvimento Rural, universidade, faculdades, Emater e o Colégio Agrícola, com financiamento de custeio. (GUARAPUAVA, 2018a)

O projeto Porteira Adentro, conta com a correção e fertilização do solo, incentivo a compra de máquinas, como furgão refrigerado, retroescavadeiras, tratores, ensiladeiras e carretas basculantes, além de equipamentos para as comunidades. (Central de Associações Rurais do Município de Guarapuava).

As cooperativas representam um exemplo de alternativa para os agricultores familiares no processo de inserção no meio socioeconômico atual, contribuindo para que o agricultor possa ter a oportunidade de intensificar e aperfeiçoar sua produção por meio de subsídios financeiros proporcionados pelas cooperativas, que por sua vez, contam com uma porcentagem da produção dos cooperados.

Nesse sentido, faz-se necessário uma política estruturante de apoio às cooperativas da agricultura familiar para o abastecimento do mercado governamental. A existência do programa não é garantia que as cooperativas vão conseguir comercializar seus produtos. (COSTA; AMORIM JUNIOR, SILVA, 2015, p. 123)

Guarapuava teve seu processo de modernização agrária vinculado à instalação de empresas e cooperativas entre as mais importantes empresas existentes na região, responsáveis por uma significativa parcela da dinâmica econômica do município. A Política Municipal de Apoio ao Cooperativismo e Associativismo da Agricultura Familiar, beneficia o setor cooperativista da agricultura familiar na promoção e no desenvolvimento social, econômico e cultural, pela Lei Municipal 2116/2013, com objetivo de prestar apoio técnico, financeiro e operacional promovendo parcerias com estudos, pesquisas, eventos, campanhas e orientações.

Um dos programas voltados para o fortalecimento da agricultura familiar brasileira, conforme Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), se realiza pelas compras governamentais como incentivo à alimentos oriundos da agricultura familiar. Grisa (2013, *passim*) esclarece que o PAA se articula com a política de segurança alimentar e nutricional. O mesmo foi instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696 de 02 de julho de 2003 e regulamentado pelo Decreto nº 6.447 de 07 de maio de 2008, sendo uma das ações do Projeto Fome Zero junto com instituições públicas que defendem o fortalecimento da agricultura familiar.

Conforme Mattei (2005), em 1994 aconteceu a criação do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), com distribuição de crédito por categorias de agricultores. Em Belik (2000) o alerta de que o agricultor familiar, nesta categorização, era considerado microprodutor para se enquadrar no Manual de Crédito Rural (MCR), sendo prejudicado a disputar crédito com os grandes produtores. O Programa sofreu modificações, dando origem, em 1996, ao Pronaf. A ampliação do programa teve relação com linhas de investimentos, infraestrutura e serviços municipais, capacitação e pesquisa.

Ao longo dos anos, a agricultura familiar e suas organizações vêm ganhando cada vez mais reconhecimento. Esse reconhecimento se reflete na criação de políticas públicas específicas, como é o caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O PNAE se constitui em oportunidade para que os agricultores familiares e seus empreendimentos coletivos consigam diversificar e escoar a produção, se mostrando uma alternativa real de geração de renda, oportunidade de inclusão produtiva para jovens e mulheres, entre outras virtudes do programa. (COSTA; AMORIM JUNIOR, SILVA, 2015, p. 123)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi criado em 1954 pelo Ministério da Saúde e formalizado em 1955 pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), com o objetivo de reduzir a desnutrição escolar e, ao mesmo tempo, melhorar os hábitos alimentares dos alunos. Apesar de historicamente o PNAE apoiar a agricultura familiar, onde adquire alimentos para a alimentação escolar, foi apenas com a Lei n. 11.947 de 16 de junho de 2009 que se criou um elo institucional entre a alimentação escolar e a agricultura familiar local ou regional.

De acordo com o artigo 14 desta lei, “no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a compra de alimentos para o PNAE devem ser utilizados para a aquisição de alimentos proveniente da agricultura familiar”. (BRASIL, 2009)

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem risco de 99% de corte no orçamento, em que os contratos não seriam aprovados pelo Conab (Companhia Nacional do Abastecimento), prejudicando o acesso a alimentação a grupos dependentes e os agricultores na renda e produção, com redução nas verbas pelo governo federal.

Em relação ao PRONAF no município de Guarapuava, de acordo com o Jornal Extra de Guarapuava (2018), destaca a influência do programa para o desenvolvimento social e econômico, destacando o sucesso do empreendimento de algumas famílias após aderirem o programa, que os auxiliou no investimento e na legalização da venda dos produtos comercializados.

Sobre o PNAE em Guarapuava, disponibiliza às escolas frutas, verduras, hortaliças, legumes, proteínas, alimentos ricos em vitaminas, sais minerais e fibras, sendo servidas mais de trinta e uma mil refeições por dia, em que mais de 18 mil

alunos são beneficiados, sendo destaque no GT em 2008, conforme a Prefeitura de Guarapuava descreve em seu site.

Já no que se refere ao município de Guarapuava, o Programa Vida Rural, incentiva o auxílio no comércio de frutas e verduras, aumentando a produção. Com a Feira do Produtor e a Feira Solidária, que faz a troca de alimentos por materiais recicláveis, com investimentos em máquinas, insumos e habitações, além do produtor tornar-se um microempresário com certificação, onde a prefeitura investiu R\$13 milhões com parcerias com sindicatos, cooperativas. (GUARAPUAVA, 2008a)

A discussão proposta por este trabalho ocupa lugar central no debate sobre o desenvolvimento desde o início da década de 1990. O Relatório Mundial de Desenvolvimento Humano publicado, a partir de 1990, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) antecipa a importância do tema. A condução da discussão sobre o desenvolvimento de forma diferente da usual, passando a questão central da tradicional pergunta de quanto se está produzindo para como isto está afetando a qualidade de vida da população, dá sentido e valência social às reflexões propostas neste estudo.

A publicação do primeiro relatório sobre o desenvolvimento humano suscitou uma série de debates acerca da eficiência das políticas de crescimento para promover o desenvolvimento humano, e encaminha para conclusões de que “o crescimento econômico carece de sentido, se não consegue promover, em última instância, o desenvolvimento humano [e social], entendido como a realização (ou satisfação) pessoal dos indivíduos de um país/região”. (RODRIGUES, 1993, p. 20)

Dessa forma, para atingir o desenvolvimento humano, tem-se que reduzir a exclusão social, caracterizada pela pobreza e pela desigualdade. Têm-se que ser repensados os processos de gestão, de planejamento, a competência administrativa. Em Frigotto e Gentili (2002, *passim*), encontra-se o desafio para aqueles que não se conformam com o atual curso da história, de talvez entender as novas modalidades de sociabilidade capitalista, para pensar e construir também novas formas de luta e resistência.

Dada a importância da agricultura na produção de alimentos, desenvolvimento social e econômico, faz-se necessário entender as políticas públicas na agricultura familiar e no desenvolvimento regional, e a necessária

correlação com o protagonismo da comunidade local para verificar e impulsionar a sua efetividade.

Considerações Finais

O estudo proporcionou aportes que verificam contribuições da agricultura familiar no âmbito social, econômico e cultural no município de Guarapuava. As parcerias firmadas com cooperativas locais, programas como o PRONAF e ações que incentivam o produtor no comércio são fatores identificados que trazem relação com a proposição e/ou cumprimento de políticas públicas para o desenvolvimento humano e econômico por meio dos processos da agroecologia e da agricultura familiar.

As práticas agroecológicas podem se transformar em um excelente instrumento para garantia de renda e protagonismo para a agricultura familiar. Soma-se a esta possibilidade, valorização e promoção do capital humano e econômico, cumprimento e avanços de normas de segurança alimentar e ambiental, com consequente indicador para incremento ao desenvolvimento regional.

Em tempo, cabe observar que esse trabalho integra as fecundas discussões de grupo de estudos em Desenvolvimento Regional, e, perquirir, conhecer as dificuldades e a seletividade social que acompanha historicamente as bases do desenvolvimento traz a consciência daquilo que publicamente declarou Lenin (apud Gadotti, 1994), de que “a escola à margem da vida, à margem da política, é falsidade e hipocrisia”. O cruzamento de dados e informações acerca das consequências dos projetos municipais, regionais, nacionais para o desenvolvimento e de valorização do capital humano, encaminham para reflexões que também ocupam lugar central na busca por um novo sentido para o desenvolvimento econômico. A correlação reside no cumprimento e fortalecimento das políticas públicas e na ampliação dos sistemas de planejamento, de cooperação e de gestão, que transcenda a centralidade dos organismos governamentais.

As informações reveladas nas análises dos documentos oficiais, demonstram-se na maioria dos casos favoráveis ao compromisso e responsabilidades originais

de abrangência das políticas para a agricultura familiar. As potencialidades se concentram em aspectos essenciais e instigantes para as questões da economia e do desenvolvimento: a qualidade de vida pretendida, a valorização do capital humano, do protagonismo da comunidade local, da justiça social e das políticas de inclusão e participação dos cidadãos na vida pública, na formação da cidadania para desenvolvimento da sociedade, na identificação e ampliação dos sistemas de planejamento e cooperação. O necessário enfrentamento e superação de restrições estruturais e ideológicas, e que acompanham historicamente a história do desenvolvimento de nosso país, confirmam: Há recursos, se a lógica for social.

Referências

BASTOS, T.L.; FAJARDO, S.. A Agricultura Familiar no contexto da modernização, suas alternativas e perspectivas: A realidade agrária do município de Guarapuava-Pr. **Anais do XIV Encontro de anual de Iniciação Científica**, Universidade Estadual do Centro-Oeste, 2010. Disponível em: <https://anais.unicentro.br/xixeaic/pdf/111.pdf>Acesso em: 10 de março de 2017.

BERGAMASCO, S. M. P. P., BORSATTO, R. S. e ESQUERDO, V. F. S. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: reflexões a partir de estudos de casos no estado de São Paulo. **Revista Interdisciplinaria de Estudos Agrários**. Buenos Aires-Argentina, n. 38, p. 25-50, 2013.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 07 set. 2018.

_____. **Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009**. Brasília-DF, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htmAcesso em: 15 maio 2018.

_____. Atlas do Desenvolvimento Humano. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. – Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013a. <http://www.pnud.org.br/arquivos/idhm-brasileiro-atlas-2013.pdf> Acesso em 12 set. 2018.

_____. Agricultura familiar ocupava 84,4% dos estabelecimentos agropecuários. **Agência IBGE – Notícias**, 2013b. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13721-asi-agricultura-familiar-ocupava-844-dos-estabelecimentos-agropecuarios> Acesso em 08 set. 2018.

_____. Emater. **Portal do Governo**, 2017. Disponível em: <<http://www.rondonia.ro.gov.br/agricultores-de-alto-paraiso-ganham-feira-de-rua-para-comercializar-seus-produtos/>>. Acesso em: 07 set. 2018.

_____. Alimentação escolar. **Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário** - Casa Civil, 2018. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-ali/como-funciona-compra-e-venda-de-produtos-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 07 set. 2018.

BELIK, W.. PRONAF: Avaliação da operacionalização do programa. In: CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO da SILVA, J. (Orgs.). **O Novo Rural Brasileiro – Políticas Públicas**. Jaguariúna: Embrapa, volume 4, p. 93-116, 2000.

BOISIER, S. **Em busca do esquivo desenvolvimento regional**: entre a caixa negra e o projeto político. Caribe, Mimeo, 1995.

CAPORAL, F.R; COSTABEBER, J.R. **Agroecologia e Extensão**: rural contribuição para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. EMATER. Porto Alegre, 2004.

COSTA, B.A.L.; AMORIM JUNIOR, P.C.G.; SILVA, M.G. **As Cooperativas de Agricultura Familiar e o Mercado de Compras Governamentais em Minas Gerais**. BRASÍLIA, v. 53, mar. 2015.

DIAS SOBRINHO, J.. Universidade fraturada: reflexões sobre conhecimento e responsabilidade social. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 20, n. 3, nov. 2015. 581-601.

DOWBOR, L.. **Desenvolvimento local e a racionalidade econômica**. 2006, 4p. Disponível em: <http://dowbor.org/2006/10/desenvolvimento-local-e-razionalidade-economica-doc.html/> Acesso em: 20 jun. 2018.

FERREIRA, J; et al. Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos, Núcleo de Guarapuava: Relato de Experiências. **Cadernos de Agroecologia**. Vol 9, No. 1, 2014. Disponível em: [file:///C:/Users/Sonia%20Hey/Downloads/15498-1-64644-1-10-20140629%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/Sonia%20Hey/Downloads/15498-1-64644-1-10-20140629%20(3).pdf) Acesso em 13/09/2018.

FILGUEIRA, F.A.R.. **Novo manual de olericultura**. 3. ed. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa (UFV), 2000. p. 418.

FOLADORI, G.. O metabolismo com a natureza. **Crítica marxista**. São Paulo, v.1, n. 12, 2001, p.105-117. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo7505folad.pdf Acesso em: 06 de set. 2018.

FRIGOTTO, G.; GENTILI, P. **A Cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. 3 ed. São Paulo: Cortez; Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2002.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GADOTTI, M. **História das ideias pedagógicas**. 8 ed. São Paulo: Ática, 2002.

GRISA, C.. As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva. **Desenvolvimento em Debate**. v. 1, n. 2, jan./abr. e maio/ago., p. 83-109, 2013.

GUARAPUAVA. **Mais de 30% dos alimentos da merenda escolar em Guarapuava são da agricultura familiar**. Prefeitura de Guarapuava, 2017. Disponível em: <<http://www.guarapuava.pr.gov.br/noticias/mais-de-30-dos-alimentos-da-merenda-escolar-em-guarapuava-sao-da-agricultura-familiar/>>. Acesso em: 07 set. 2018.

_____. **Programa melhora qualidade de vida dos pequenos produtores**. Prefeitura de Guarapuava, 2018a. Disponível em: <<http://www.guarapuava.pr.gov.br/noticias/programa-melhora-qualidade-de-vida-dos-pequenos-produtores/>>. Acesso em: 06 set. 2018.

_____. **Merenda escolar**. Prefeitura de Guarapuava, 2018b. Disponível em: <<http://www.guarapuava.pr.gov.br/cidadao/merenda-escolar/>>. Acesso em: 06 set. 2018.

JORNAL EXTRA GUARAPUAVA. **Agroindústria de Guarapuava faz sucesso com embutidos e frangocaipira**. Guarapuava, 2018. Disponível em: <<https://extragarapuava.com.br/guarapuava/agroindustria-de-guarapuava-faz-sucesso-com-embutidos-e-frango-caipira>>. Acesso em: 06 set. 2018.

KAGEYAMA, A.A.; BERGAMASSO, S.M.P; OLIVEIRA, J.T.A. Uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários do Brasil a partir do censo de 2006. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 51, n. 1, p. 105-122, jan./mar. 2013.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar**: comparação internacional. Tomo I. Trad. TIJIWA, A.M. N. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.

MATTEI, L. **Impactos do Pronaf**: análise de indicadores. Brasília: MDA/NEAD, 2005.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M.. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliografia, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARSHALL, A. **Princípios da Economia**: Tratado introdutório. v. 2. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

OLIVEIRA, A.E.A. Marxismo e questão regional. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol.19 n.35, p.112-128, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/26682/pdf> Acesso em: 07 set. 2018.

PENTEADO, S.R. **Agricultura Orgânica**. Universidade de São Paulo, USP, Piracicaba, SP. 44p, 2001.

PRADO JUNIOR, C. **História e desenvolvimento**. São Paulo: Editora brasiliense, 1972.

REIS, J.C. **As identidades do Brasil 1: De Varnhagem a FHC**. 9º Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

RODRIGUES, M.C.P. O índice do desenvolvimento humano (IDH) da ONU. **Revista Conjuntura Econômica**. Rio de Janeiro, julho/1993.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. Campinas, Autores Associados, 2008.

SANTOS, S.R.; COSTA, M.B.S.; BANDEIRA, G.T.P.. As formas de gestão do programa nacional de alimentação escolar (PNAE). **Rev. Salud Pública**. 2016, vol.18, n.2, pp.311-320.

SOUZA, N.J. **Desenvolvimento econômico**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

TERRES, J.. O sol brilha para todos: A realidade da agricultura familiar em Guarapuava. **Central Cultura de comunicação**. Guarapuava, 2018 - Diário. Disponível em: <<http://www.centralcultura.com.br/?pag=noticias.php&id=56962>>. Acesso em: 07 set. 2018.